



CONTRATO Nº W/SLC/2025

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE SOROCABA E A AIALA SERVICE LTDA - ME, PARA A AQUISIÇÃO DE GRADIL, CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2187/2024 - SAAE......

O SERVIÇO AUTÔNOMO DE AGUA E ESGOTO do município de
Sorocaba, com sede à Avenida Comendador Camilo Júlio, 255 -
Jardim Ibiti do Paço - Sorocaba/SP - CEP .: 18086-000, inscrito no
CNPJ/MF sob o nº 71.480.560.0001/39, neste ato representado pelo
seu Diretor Geral, senhor GLAUCO ENRICO BERNARDES
FOGAÇA, portador da Cédula de Identidade RG nº
CPF nº doravante denominado simplesmente SAAE,
e a AIALA SERVICE LTDA - ME, com sede à rua Monte Castelo, nº
934 - Quadra 04 Lote 25 - Jardim Clarissa, na cidade de
Goiânia/Goiás - CEP.: 74.461-200, inscrita no CNPJ-MF sob o nº
44.921.283/0001-80, representada neste ato, pela sua Proprietária,
senhora MARCIA ADRIANA DA SILVA, portadora da Cédula de
identidade RG nº e CPF nº
doravante designada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no
Processo Administrativo nº 2187/2024 e em observância às
disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais
legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Instrumento de
Contrato, decorrente da Pregão Eletrônico nº 10/2025, mediante as
cláusulas e condições a seguir enunciadas.
, ,

PRIMEIRA - Objeto (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a AQUISIÇÃO DE GRADIL, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

	LOTE 01					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)

PA 2187/2024

DLC/SLSC €

12



01	20	PÇ	GRADIL METALICO 2,00 X 1,10 COM PE Especificação: Gradil confeccionado em tubo metalon e tubo redondo, modulo de 2,00m X 1,10m (comp. X altura) conforme desenho gradil 2m. Estrutura: -Tubo Mecânicode açogalvanizado diâmetrode 2", espessuramínimade1,55mm; -Metalon de açogalvanizado 20 X 30mm, espessurade 1,25mm; -Metalon de açogalvanizado 30 X 50mm, espessurade 1,25mm; -Perfil chato de açocarbono 1 X 1/8". Pintura: -Fundo: uma demão totalizando em média 25a30microns de espessura seca de primer epoxy; -Acabamento: uma demão de tinta epoxytotalizando em média30 a40 microns de espessura seca, no padrão conforme Termo De Referência.	Aluban	498,50	9.970,00	
02	50	PÇ	GRADIL METALICO 3,00X 1,10 COM PE Especificação: gradil confeccionado em tubo metalon e tubo redondo, modulo de 3,00m x 1,10m (comp.X altura) conforme desenho gradil 3m. Estrutura: -Tubo mecânico de aço galvanizado diâmetro de 2",		676,20	33.810,00	
			espessura mínima de 1,55mm; -Metalon de aço galvanizado 20 x 30mm, espessura de 1,25mm; -Metalon de aço galvanizado 30 x 50mm, espessura de 1,25mm;				

Redigido por Thaís Coelho de Sá – Aux. Adm.



			-Perfil chato de aço carbono 1 x 1/8".			
			Pintura:			
			-Fundo: uma demão totalizando em média25 a 30 microns de espessura seca de primer epoxy; -Acabamento: uma demãode tinta epoxy totalizando em média30 a 40 microns de espessura seca, no padrão conforme Termo de Referência.			
03	60	PÇ	GRADIL METALICO 2,00 X 1,10 COM PE Especificação: Gradil confeccionado em tubo metalon e tubo redondo, modulo de 2,00m X 1,10m (comp. X altura) conforme desenho gradil 2m. Estrutura: -Tubo Mecânico de aço galvanizado diâmetro de 2", espessura mínima de 1,55mm; -Metalon de aço galvanizado 20 X 30mm, espessura de 1,25mm; -Metalon de aço galvanizado 30 X 50mm, espessura de 1,25mm; -Perfil chato de aço carbono 1 X 1/8".	Aluban	498,50	29.910,00
			-Fundo: uma demão totalizando em média 25 a30microns de espessura seca de primer epoxy; -Acabamento: uma demão de tinta epoxy totalizando em média 30 a40 microns de espessura seca, no padrão conforme Termo De Referência.			7



|--|

1.3. independentemente Vinculam esta contratação, de

transcrição:

- 1.3.1. O Estudo Técnico Preliminar;
- 1.3.2. O Termo de Referência;
- 1.3.3. O Edital da Licitação;
- 1.3.4. A Proposta do contratado;
- 1.3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.





SEGUNDA – Vigência e prorrogação

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses contados da assinatura do presente instrumento contratual, na forma do <u>artigo 105 da Lei nº</u> 14.133, de 2021.

TERCEIRA - Modelos de execução e gestão contratuais (art. 92,

<u>IV, VII e XVIII)</u>

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

QUARTA - Subcontratação

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

QUINTA - Preço (art. 92, V)

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ 175.120,00 (cento e setenta e cinco mil, cento e vinte reais).
- **5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- **5.3.** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

SEXTA - Pagamento (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

SÉTIMA - Reajuste (art. 92, V)

- **7.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- **7.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPC-FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
 - **7.2.1.** Fica ressalvada a possibilidade de renúncia do direito ao reajuste a ser manifesta formalmente pela CONTRATADA,

A Sell Moreral



oportunidade em que a mesma deverá dar total e plena quitação quanto aos valores inerentes ao reajuste renunciado, nada mais havendo a reclamar em juízo ou fora dele.

- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) indice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preco do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
 - 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

OITAVA - Obrigações do CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do CONTRATANTE:
- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos:
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência:
- Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato 8.1.4. e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

Redigido por Thaís Coelho de Sá - Aux, Adm.

PA 2187/2024

DLC/SLSC C



- **8.1.6.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- **8.1.7.** Cientificar a Autoridade Responsável para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- **8.1.8.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- **8.1.9.** A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- **8.1.10.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- **8.1.11.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- **8.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

NONA - Obrigações do CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- **9.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
 - **9.1.1.** Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
 - **9.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - **9.1.3.** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos

It & De Marcia, Adrio





que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

- **9.1.4.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- **9.1.5.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;
- **9.1.8.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- **9.1.9.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- **9.1.10.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

D



- **9.1.11.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- **9.1.12.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- **9.1.13.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (<u>art.</u> 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- **9.1.14.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- **9.1.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- **9.1.16.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante:
- **9.1.17.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

DÉCIMA PRIMEIRA – Infrações e sanções administrativas (<u>art. 92, XIV)</u>

- **11.1.** Pelo inadimplemento de qualquer cláusula ou simples condição do edital ou pelo descumprimento parcial ou total do mesmo, as partes ficarão sujeitas às sanções e consequências legais previstas em lei e no presente instrumento convocatório.
 - **11.2.** Comete infração administrativa o Contratado/Fornecedor

que:

PA 2187/2024

DLC/SLSC 🗧

9

area la rough



- I dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III dar causa à inexecução total do contrato;
- IV deixar de entregar a documentação exigida para o certame:
- V ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VI apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- VII fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- VIII comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IX praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- X praticar ato lesivo previsto no <u>art. 5º da Lei nº 12.846</u>, de 1º de agosto de 2013.
- 11.3. Serão aplicadas ao contratado/fornecedor que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
 - I Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - II Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos "II", "III", "IV" e "V" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4°, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - III Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos "VI", "VII", "IX" e "X" do subitem acima, bem como nos incisos "II", "III", "IV" e "V", que justifiquem a

DLC/SLSC 🥌



imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5°, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - Multa:

- a) Moratória de 01 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- b) Compensatória, para as infrações descritas nos incisos "IV", e "VI" a "X" do subitem acima, de 1 % a 10% do valor do Contrato.
- c) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no inciso "III" do subitem acima, de 1 % a 10 % do valor do Contrato.
- d) Para infração descrita nos incisos "II" do subitem acima, a multa será de 1 % a 20 % do valor do Contrato.
- e) Para infrações descritas no inciso "V" do subitem acima, a multa será de 1 % a 10 % do valor do Contrato.
- f) Para a infração descrita no inciso "I" do subitem acima, a multa será de 1 % a 10 % do valor do Contrato.
- **11.4.** A aplicação das sanções previstas neste instrumento convocatório não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a Autarquia.
- **11.5.** Todas as sanções previstas neste edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- **11.6.** Os casos de extinção, se eventualmente ocorrerem, serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas circunstâncias em que a legislação assim prever.

DÉCIMA SEGUNDA – Da extinção contratual (art. 92, XIX)

- **12.1.** O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
 - **12.1.1.** O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de

o nele er de

Redigido por Thaís Coelho de Sá - Aux. Adm.

PA 2187/2024

DLC/SLSC C



créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

- **12.1.2.** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- **12.1.3.** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- **12.2.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
 - **12.2.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os <u>artigos</u> 138 e 139 da mesma Lei.
 - **12.2.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
 - **12.2.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
 - **12.3.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
 - **12.3.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - **12.3.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos:
 - **12.3.3.** Indenizações e multas.
- **12.4.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que



Second Services



deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

DÉCIMA TERCEIRA - Dotação Orçamentária (art. 92, VIII)

- **13.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
 - 13.1.1. Gestão/Unidade:
 - **13.1.2.** Fonte de Recursos:
 - **13.1.3.** Programa de Trabalho:
 - **13.1.4.** Elemento de Despesa:
 - **13.1.5.** Plano Interno:
 - **13.1.6.** Nota de Empenho:
- **13.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

DÉCIMA QUARTA - Dos casos omissos (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei <u>nº 14.133, de 2021</u>, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na <u>Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.</u>

DÉCIMA QUINTA – Alterações

- **15.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- **15.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- **15.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

of P

PA 2187/2024

DLC/SLSC _____



15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do <u>art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021</u>.

DÉCIMA SEXTA – Lei Geral de Proteção de Dados

- **16.1.** A CONTRATADA, por si e por seus colaboradores, obrigase a atuar no presente instrumento contratual em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei nº 13.709/18, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta.
- **16.2.** Para os fins do instrumento contratual deverão ser utilizados os conceitos estabelecidos no art. 5º da Lei nº 13.709/18.
- 16.3. Para execução do objeto contratual, a CONTRATADA poderá acessar ou tratar de um modo geral, ativos de informação contendo Dados Pessoais. Considerando-se que ambas as partes se comprometem em envidar esforços para que os Dados Pessoais sejam tratados com segurança, dentro da necessidade, limite e adequação, a CONTRATADA por si, seus administradores, sócios, funcionários e terceiros, compromete-se a:
 - **16.3.1.** Estar em conformidade com a legislação sobre privacidade e proteção de dados vigente, em particular a Lei Federal n. 13.709/2018 ("LGPD");
 - 16.3.2. Possuir um programa de governança em privacidade e proteção de dados pessoais, bem adotar controles técnicos, administrativos e físicos para proteger quaisquer Dados Pessoais que a CONTRATADA possa ter acesso contra a perda, danos, alteração, destruição, uso não autorizado, ilícito ou inadequado, acesso ou divulgação e definir outras obrigações nos termos da legislação aplicável;
 - **16.3.3.** Instituir políticas e procedimentos que fomentem as boas práticas na organização, juntamente com orientações e constante comunicação sobre a segurança da informação.
 - **16.3.4.** Garantir a realização efetiva do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais.
 - **16.3.5.** Cumprir e fazer cumprir as suas políticas e normas de segurança da informação e proteção de dados pessoais internas adotadas pela CONTRATADA, aplicáveis ao objeto do instrumento contratual;

DLC/SLSC E

Tolline Tolline







- 16.3.6. Tratar os dados pessoais a que tiver acesso apenas de acordo com as instruções da CONTRATANTE e em conformidade com estas cláusulas, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente à CONTRATANTE, que terá o direito de rescindir o instrumento contratual sem qualquer ônus, multa ou encargo.
- 16.3.7. Garantir aos titulares de dados ou outros agentes de tratamento de Dados Pessoais transparência acerca das condições do Tratamento dos dados realizado, bem como realizá-lo para finalidades legítimas, adequadas, necessárias, garantindo a deleção dos dados ao término do tratamento, conforme procedimento interno da CONTRATADA, ora denominado "Procedimento de Solicitação de Acesso de Dados";
- **16.3.8.** Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito da CONTRATANTE.
- 16.3.9. Garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados. assegurando que todos os seus colaboradores prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da CONTRATANTE assinaram Acordo de Confidencialidade com a CONTRATADA, bem como a manter quaisquer Dados Pessoais estritamente confidenciais e de não os utilizar para outros fins, com exceção da prestação de serviços à CONTRATANTE. Ainda, treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.
- **16.3.10.** Manter registro das operações de tratamento de Dados Pessoais, incluindo-se o compartilhamento desses Dados com a CONTRATANTE ou para eventuais terceiros;
- **16.3.11.** Reter os Dados Pessoais somente pelo prazo necessário e enquanto forem necessários para alguma finalidade, propósito legítimo e justificado;
- **16.3.12.** Possuir um plano de resposta a incidentes de segurança de informação e/ou dados pessoais por escrito e em operação, conforme procedimento interno ("Procedimento de Resposta a Incidentes de Segurança da Informação")

DLC/SLSC_E







- 16.3.13. Cooperar totalmente com a CONTRATANTE na investigação de eventuais incidentes envolvendo Dados Pessoais, inclusive mediante a prestação de contas acerca das medidas adotadas para prevenir e remediar o Incidente ocorrido, conforme procedimento interno:
- 16.3.14. Nomear e manter um Encarregado de Proteção de Dados Pessoais:
- 16.4. A subcontratação de terceiros que possa importar na delegação do tratamento de dados pessoais pela CONTRATADA ou o compartilhamento de dados pessoais e informações tratadas na execução do instrumento contratual por parte dos terceiros, fornecedores ou parceiros serão comunicados ao CONTRATANTE, nos casos que couber;
- 16.5. A CONTRATADA, salvo proibição legal, notificará a CONTRATANTE acerca do recebimento de quaisquer solicitações, reclamações ou consultas de um titular ou autoridade administrativa ou legal com relação aos dados pessoais tratados pela CONTRATADA relativos à execução deste instrumento contratual, inclusive solicitações de exclusão, acesso e/ou retificação e alegações de que o Tratamento viola direitos de um titular nos termos da legislação aplicável.
- 16.6. A CONTRATADA conforme procedimentos internos, ora denominado "Notificação de Violação de Dados Pessoais", irá notificar a CONTRATANTE acerca de toda e qualquer suspeita ou violação de segurança de dados e, nesses casos, auxiliará e cooperará com relação a:
 - Qualquer investigação que a CONTRATADA possa requerer razoavelmente com relação à violação de segurança de dados;
 - 16.6.2. Qualquer divulgação às partes afetadas com relação à violação de segurança de dados; e
 - 16.6.3. Outras medidas corretivas que a CONTRATADA possa solicitar razoavelmente;
 - 16.6.3.1. A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:
 - 16.6.3.2. Qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela CONTRATADA, seus funcionários, ou terceiros autorizados.

DLC/SLSC _ C



- **16.6.3.3.** Qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da CONTRATADA.
- **16.6.3.4.** Após uma eventual violação de segurança de dados, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE seu plano e procedimentos internos, para mitigar os riscos e a probabilidade de uma recorrência da violação ocorrida.
- **16.7.** A CONTRATADA obriga-se e garante que seus funcionários, administradores, terceiros e prepostos tratem confidencialmente todos os documentos, dados pessoais e informações que lhe forem fornecidos em virtude dos serviços ora contratados, abstendo-se de divulgá-las, utilizá-las ou reproduzi-las, integral ou parcialmente, para fins diversos do estipulado no presente instrumento contratual.
 - **16.7.1.** A presente obrigação também se estende aos documentos, dados e informações geradas e produzidas em razão deste instrumento contratual, tais como, mas não se limitando a informações, verbais ou por escrito, de negócio, financeiras, análises, laudos, etc.
 - **16.7.2.** A obrigação prevista no presente instrumento contratual perdurará durante a vigência do mesmo e por um prazo adicional de 5 (cinco) anos após o término de sua vigência, salvo caso a revelação seja necessária para o cumprimento de lei ou de determinação de autoridade governamental, judicial ou arbitral aplicável à Parte interessada na divulgação.
 - **16.7.3.** Para fins desta cláusula, não são consideradas informações confidenciais, as seguintes:
 - **16.7.3.1.** divulgação de dados por uma Parte a terceiros, desde que autorizada, por escrito, pela outra Parte:
 - **16.7.3.2.** aquelas que sejam, ou venham a ser, de conhecimento público, salvo em decorrência de descumprimento desta cláusula.
- 16.8. Em caso de descumprimento/violação das cláusulas de proteção de dados pessoais desse anexo, ou caso qualquer uma das partes venha a ser demandada judicial ou extrajudicialmente, em razão de tratamentos ilícitos, abusivos ou inadequados de dados pessoais conduzidos pela parte Contrária, inclusive em situações de incidentes de segurança, a parte inadimplente, desde que comprovada sua culpa exclusiva, estará obrigada a ressarcir todas e quaisquer despesas arbitradas em juízo ou por autoridade

Honeia Holman



competente, custos (processuais ou administrativos), multas, indenizações, honorários advocatícios, periciais e/ou contábeis ou condenações a que a parte prejudicada for obrigada a despender.

- **16.9.** Na hipótese de descumprimento da presente cláusula pela CONTRATADA, a CONTRATANTE, mediante a comprovação da culpa exclusiva da CONTRATADA, poderá a seu critério, rescindir o instrumento contratual imediatamente, sem qualquer ônus ou aplicação de multa contratual.
- **16.10.** Caso a CONTRATADA seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente a CONTRATANTE para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.
- 16.11. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CONTRATANTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

DÉCIMA SÉTIMA - Publicação

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no <u>art. 94 da Lei 14.133, de 2021,</u> bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao <u>art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011,</u> c/c <u>art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.</u>

DÉCIMA OITAVA – Vinculação ao edital do Pregão Eletrônico nº 10/2025.

- 18.1. O cumprimento do presente Instrumento Contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº 10/2025, seus anexos e à proposta da CONTRATADA, apresentada ao Processo Administrativo nº 2187/2024 SAAE.
- **18.2.** Fica a **CONTRATADA** obrigada a manter durante a vigência desta Contrato, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas por ocasião do processo licitatório, devendo apresentar os documentos habilitatórios sempre que solicitados.
- **18.3.** Na hipótese de aditamentos serão solicitados os documentos habilitatórios exigidos por ocasião do certame, conforme o item 09 do Edital.

DÉCIMA NOVA – Legislação aplicável.

19.1. O presente Contrato será regido pelas disposições da

DLC/SLSC _E



Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023 (SRP), e posteriores alterações, Decreto Municipal nº 29.033 de 21/03/2024, Lei Municipal nº 9.449 de 22/12/2010, Decreto Municipal nº 19.533 de 29/09/2011, Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar nº 147 de 07/08/2014, Ato Normativo SAAE Sorocaba nº 03/2024 e o Código Civil e Código de Defesa do Consumidor, sendo que as partes elegem o Foro de Sorocaba/SP para dirimir qualquer questão relativa ao contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

as)

presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma e na presença de 02 (du testemunhas que a tudo viram e assistiram, para fins e efeitos legais.
Sprocaba, M de ahil de 2025.
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOROCABA Glauco Enrico Bernardes Fogaça - Diretor Geral
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOROCABA Jorge Francisco Camargo/- Fiscalizador
Marcia Adriana da Silva - Proprietária
Testemunhas:

Juliana Spuza Martins 02.

> Beatriz F. de Almeida Oliveira SAAE SOROCABA

SAAE SOROCABA

Redigido por Thaís Coelho de Sá - Aux. Adm.

PA 2187/2024

DLC/SLSC_E





DECLARAÇÃO

1. Identificação do Dirigente:	
Nome: Marcia Adriana da Silva Cargo: Proprietária Empresa: AIALA SERVICE LTDA - ME Telefone:	CPF: E-mail: aialaservice@gmail.com
2. Declaração:	
Município, e no artigo 1º da Lei Municipal nº pelo Decreto Municipal 20.786 de 25 de	constantes no artigo 73-A, da Lei Orgânica do 10.128, de 30 de Maio de 2012, regulamentada setembro de 2013 e alterado pelo Decreto de 2013, onde estabelecem as hipóteses
() não incorro em nenhuma das hipóteses o	le inelegibilidade previstas no referido artigo.
() incorro nas hipóteses de inelegibilidade	previstas no referido artigo.
inciso(s) do referido artigo e, por e e informações complementares que entendinelegibilidade. DECLARO, ainda, sob as penas da lei, em	hipótese(s) de inelegibilidade prevista(s) no(s) ssa razão, apresento os documentos, certidões do necessários à verificação das hipóteses de n especial aquelas previstas na Lei Federal nº to 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), adeiras.
Sorocaba, 11 de	ahil de 2025
AIALA SERVICE LTDA - ME Márcia Adriana da Silva – Proprietária RG:	
Redigido por Thaís Coelho de Sá – Aux. Adm.	PA 2187/2024 DLC/SLSC



TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: Serviço Autônomo de Água e Esgoto

CONTRATADO: AIALA SERVICE LTDA - ME.

CONTRATO N° (DE ORIGEM): //SLC/2025

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GRADIL.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;





b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Sorocaba, M de amil de 2025 AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE: Nome: Glauco Enrico Bernardes Fogaça Cargo: Diretor Geral CPF: RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Nome: Glauco Enrido Bernardes Fogaça Cargo: Diretor Geral CPF: RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE: Pelo CONTRATANTE: Nome: Glauco Enrico Bernardes Fogaça Cargo: Diretor Geral CPF: Pela CONTRATADA: Nome: Márcia Adriana da Silva Cargo: Proprietária CPF: ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: Glauco Enrico Bernardes Fogaça

Cargo: Diretor Geral CPF:

Redigido por Thaís Coelho de Sá - Aux. Adm.

PA 2187/2024

DLC/SLSC _ C



GESTOR(ES) DO CONTRATO:

	Quar (6:)
Nome: Jorge Fra	ancisco Camargo
Cargo: Fiscaliza	
CPF:	
	tio
	Bessa Cavalcante
CPF:	peracional de Esgoto e Drenagem
1	
DEMAIS RESPO	DNSÁVEIS (*):
Tipo de ato sob s	sua responsabilidade:
Nome: Calixto Ju	unior Antonucci e Silva
CPF: Diretor A	dministrativo e Éinanceiro
Ca. L.	
Name 5	N. I.
Nome: Donizete	Departamento de Licitações e Compras
CPF:	Departamento de Lichações e Compras
Nome: Priscila C	Sonçaives de Toledo Pedroso
Cargo: Controlad	for Interno
CPF:	
	Dopat
	Matheus Aparecido Poppst Rainieri
Cargo: Respons CPF:	ável pelo atendimento Tribunal de Contas TCE/SP

Moveria sobre



DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sorocaba.

CNPJ Nº: 71.480.560/0001-39

CONTRATADA: Aiala Service Ltda - ME

CNPJ Nº: 44.921.283/0001-80

CONTRATO N° (DE ORIGEM): n° /2 /SLC/2025.

DATA DA ASSINATURA: M / 04 /2025

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GRADIL.

VALOR (R\$): R\$ 175.120,00 (cento e setenta e cinco mil, cento e vinte reais).

Declaro, na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Sorocaba,

de

de 2025.

Glauco Enrico Bernardes Fogaça

Diretor Geral

1

Redigido por Thaís Coelho de Sá – Aux. Adm.

PA 2187/2024

DLC/SLSC <u></u>